CAPÍTULO VI

Disposições finais e transitórias

Artigo 25.º

Entrada em vigor

As presentes regras técnicas entram em vigor no dia seguinte ao da sua publicação na página de Internet do IPP, *link* «Serviços de Acção Social».

(1) Para efeitos de aplicação dos artigos 5.º, 7.º-A e 7.º-B do RABE-ESP.

(2) Para efeitos de aplicação do artigo 6.º do RABE-ESP.

(3) Aplica o artigo 8.º do RABE-ESP.

(4) Freiras e reclusos, por exemplo.

(5) Para efeitos de aplicação dos n.ºs 1 e 2 do artigo 10.º do RABE-ESP.

(6) Para efeitos de aplicação do artigo 20.º do RABE-ESP.

(7) Consideram-se em situação de grave carência económica:

Os indivíduos cujo rendimento seja inferior a 100 % do valor da pensão social;

Os agregados familiares cujo rendimento seja inferior à soma dos seguintes valores:

- a) 100 % do valor da pensão social por cada adulto, até 2;
- b) 70 % do valor da pensão social, por cada adulto a partir do 3.º;
- c) 50 % do valor da pensão social por cada menor, até 2;
- d) 60 % do valor da pensão social por cada menor a partir do 3.º filho;

e) No caso de gravidez do titular da prestação, do cônjuge ou pessoa que viva em união de facto, o montante previsto na alínea a) é acrescido de 30 %, durante o período de gravidez e de 50 % durante o primeiro ano de vida da criança.

(8) Aplica o n.º 3 do artigo 10.º do RABE-ESP.

(9) Aplica o n.º 3 do artigo 10.º do RABE-ESP.

(10) Aplica a parte final do n.º 2 do artigo 20.º do RABE-ESP.

(11) Aplica os artigos 16.º e 17.º do RABE-ESP.

(12) Aplica o artigo 19.º do RABE-ESP.

(13) No IPP, o *e-mail* institucional do estudante é sempre: número de estudante@sigla da escola.ipp.pt

Se ainda não tem *password* de acesso ao *web mail* ipp contacte a sua escola.

(14) Aplica o artigo 18.º do RABE-ESP.

(15) Aplica o artigo 18.º, n.º 5, do RABE-ESP.

(16) Aplica o artigo 21.º, n.º 1, do RABE-ESP.

(17) Aplica o artigo 21.º, n.º 2, do RABE-ESP.

ANEXO I

Tabela de valores de referência

(ano lectivo de 2007-2008)

(Em euros)

Designação	Sigla	Valor
Bolsa mensal de referência	BMR	403
Remuneração mínima mensal garantida.	RMMG	403
Indexante dos apoios sociais	IAS	397,86
Propinas	—	A divulgar oportunamente
Remuneração mensal convencional do serviço doméstico (70 % IAS).	—	278,50
Remuneração mínima dos trabalhadores independentes (1,5 × IAS).	—	596,79
Rendimento mínimo tributável do trabalho independente, regime simplificado.	—	2 701,30
Pensão social mínima	—	177,05
Subsídio de refeição (limite da função pública = € 3,95 × 22).	SR	88,66
Estudante economicamente carenciado (artigo 12.º do RABE-ESP: capitação < 1,2 × RMMG).	—	< 483,60
Complemento de bolsa de estudo — estudante não deslocado (artigo 16.º do RABE-ESP: ≤ 25 % × BMR).	—	≤ 100,75

(Em euros)

Designação	Sigla	Valor
Complemento de bolsa de estudo — estudante deslocado (artigo 17.º do RABE-ESP: entre 25 % e 35 % da BMR).		Entre 100,75 e 141,05

Resolução n.º 41/2007

No uso da competência prevista no artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 129/93, de 22 de Abril, o conselho de acção social do Instituto Politécnico do Porto, adiante designado por IPP, na sua reunião de 20 de Julho de 2007, aprovou as regras para concessão de alojamento nas residências do IPP, anexas à presente resolução.

20 de Julho de 2007. — O Administrador para a Acção Social, *Orlando Fernandes*.

ANEXO

Regras para a concessão de alojamento nas residências do Instituto Politécnico do Porto

Princípios fundamentais de actuação dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico do Porto

As normas constantes do presente regulamento e os actos que delas vierem a decorrer sustentam-se no respeito pelos seguintes princípios activos fundamentais de actuação dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico do Porto, adiante designados por SAS.ipp:

Princípio da atenção centrada no estudante — os SAS.ipp estão ao serviço dos estudantes, especialmente os mais carenciados, pelo que devem compreender as suas necessidades actuais e futuras, cumprir os seus requisitos de qualidade e esforçarem-se por exceder as suas expectativas;

Princípio da transparência — como garantia preventiva da imparcialidade, os SAS.ipp actuam de forma a garantir objectividade e isenção, que deve sustentar o sentimento de confiança recíproca entre estes Serviços e os estudantes;

Princípio da boa fé — os SAS.ipp e os estudantes agem e relacionam-se segundo regras de boa fé, para que em ambos se enraíze a confiança indispensável a um saudável relacionamento;

Princípio da proporcionalidade — entendido como o direito reconhecido a cada estudante de beneficiar de apoio adequado à sua situação concreta;

Princípio da informação e da qualidade — os SAS.ipp devem prestar informações e ou esclarecimentos de forma clara, simples, cortês e rápida;

Princípio da melhoria contínua — a melhoria contínua do desempenho pelo qual cumprem a sua missão é um objectivo permanente dos SAS.ipp, pelo que, inserido neste princípio, as residências devem proporcionar aos estudantes condições de estudo e bem-estar que favoreçam o sucesso escolar e a sua integração social e académica.

CAPÍTULO I

Condições gerais

Artigo 1.º

Objecto

1 — O presente regulamento define as regras para concessão de alojamento nas residências do IPP.

2 — São residências do IPP as seguintes:

- a) Residência Almeida Valente — Rua do Coronel Almeida Valente, 330, Porto;
- b) Residência da Azenha — Rua da Azenha, 245/247, Porto;
- c) Residência Coelho Neto — Rua de Coelho Neto, 78, Porto;
- d) Residência da Bainharia — Travessa da Bainharia, 16, Porto;
- e) Residência de Rio Bom — Rua de Rodrigues de Freitas, Porto;
- f) Residência S. Roque — Casa de S. Roque — Vila do Conde.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

1 — Pode candidatar-se a alojamento nas residências do IPP o estudante inscrito ou matriculado numa das escolas do IPP e num dos seus cursos superiores conferentes de grau ou curso tecnológico que pelas suas condições sócio-económicas, pela distância ou dificuldade

de transporte não possa residir com o agregado familiar durante o ano lectivo e necessite de alojamento para prosseguir os seus estudos.

2 — Poderão ainda ser alojados nas residências estudantes integrados em programas internacionais ou de intercâmbio institucional, quando abrangidos por protocolos celebrados entre o IPP e outras instituições ou participem em actividades promovidas pelo IPP e suas escolas.

Artigo 3.º

Candidatura

1 — O processo de atribuição de alojamento é realizado anualmente, através de impresso próprio solicitado na sede dos SAS.ipp ou obtido, por *download*, através do *site* www.ipp.pt, *link* Serviços de Acção Social do IPP, no prazo fixado através de edital.

2 — O impresso referido no número anterior deve ser acompanhado de cópia de declaração de IRS do ano anterior e de declaração de honra de aproveitamento escolar do estudante.

3 — Quando a candidatura seja enviada por *e-mail* o estudante deve digitalizar a declaração de IRS ou enviá-la *a posteriori*, devidamente identificada, através de um dos meios previstos nas alíneas b) a d) do n.º 5 deste artigo.

4 — A entrega dos documentos referidos no número anterior não obsta a que os SAS.ipp solicitem, sempre que entendam necessário, que o estudante faça prova dessas declarações.

5 — O estudante pode enviar o impresso de candidatura através dos seguintes meios:

- a) *E-mail*, para o endereço electrónico residencias@sas.ipp.pt, devendo, neste caso, cumprir o disposto no n.º 6 deste artigo;
- b) Fax, para o n.º 225573719;
- c) Correio postal, para o endereço Praça do Marquês do Pombal, 94, 4000-390 Porto; ou
- d) Entrega presencial no endereço referido na alínea anterior.

6 — A candidatura por *e-mail* só é aceite se remetida do *e-mail* institucional do estudante.

7 — O *e-mail* que encaminha a candidatura e desde que cumpra os requisitos referidos no número anterior vale, para todos os efeitos, como assinatura do estudante candidato a alojamento.

Nota. — No IPP, o *e-mail* institucional do estudante é sempre: número de estudante@sigla da escola.ipp.pt.

Se ainda não tem *password* de acesso ao *web mail* ipp contacte a sua escola.

Artigo 4.º

Critérios para concessão de alojamento

1 — As candidaturas a alojamento serão avaliadas de acordo com os seguintes critérios, enumerados nas alíneas seguintes por ordem decrescente de importância:

- a) Ter tido aproveitamento escolar mínimo no ano lectivo anterior e ter sido, nesse ano, estudante bolsheiro, deslocado do seu agregado familiar e residente numa das residências do IPP; ou
- b) Ter tido aproveitamento escolar mínimo no ano lectivo anterior e ter sido, nesse ano, estudante, deslocado do seu agregado familiar e residente numa das residências do IPP; ou
- c) Ser, no ano lectivo a que respeita a candidatura a alojamento, estudante bolsheiro deslocado;
- d) Ter tido aproveitamento escolar mínimo no ano lectivo anterior e ter sido, nesse ano, estudante bolsheiro, ainda que não deslocado; ou
- e) Ser, no ano lectivo a que respeita a candidatura a alojamento, estudante bolsheiro, ainda que não deslocado;
- f) Ser estudante inscrito ou matriculado numa das escolas do IPP.

2 — Para efeitos de determinação de aproveitamento escolar considera-se o fixado no artigo 5.º do despacho que aprova o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes de Estabelecimentos de Ensino Superior Público, disponível na página da Internet do IPP, *link* Serviços de Acção Social.

3 — Em situação de incapacidade dos SAS.ipp para alojar todos os estudantes candidatas a alojamento, as candidaturas, em caso de empate, serão ordenadas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Estudante deslocado que recebe a bolsa de estudo mais elevada;
- b) Estudante cuja residência do agregado familiar diste a maior distância da escola do IPP que frequenta ou que tenha maior dificuldade nas deslocações;
- c) Estudantes que tenham obtido aproveitamento escolar a todas as disciplinas no ano lectivo anterior.

Artigo 5.º

Concessão especial de alojamento

1 — O estudante portador de deficiência física ou sensorial, devidamente comprovada, beneficia de estatuto especial na atribuição de alojamento uma vez ponderada a sua situação concreta.

2 — Para usufruir desse estatuto especial o estudante deverá apresentar um dos seguintes documentos:

- a) Atestado de incapacidade passado pela junta médica; ou
- b) Atestado médico, passado pelo médico assistente, elucidativo quanto ao grau de deficiência e que a mesma se constitui como factor de esforço acrescido (pessoal ou material) para a normal frequência no ensino superior, tendo, neste caso, de ser submetido a despacho superior do administrador dos SAS.ipp.

3 — A atribuição de alojamento nas condições do n.º 1 anterior não implica a atribuição de apoio domiciliário ou outro de que o estudante careça.

Artigo 6.º

Comunicação da decisão

1 — Após a análise da candidatura, o estudante recebe um *e-mail*, exclusivamente para o endereço de *e-mail* institucional, com a informação do seu resultado provisório.

2 — Após a comunicação referida no número anterior o estudante terá 10 dias úteis para se pronunciar sobre o resultado provisório, findo o qual o mesmo se converte em definitivo.

3 — No caso de o estudante apresentar exposição, a candidatura será reanalisada e o candidato receberá um *e-mail*, exclusivamente para o endereço de *e-mail* institucional, com a informação do seu resultado definitivo.

4 — O estudante pode enviar a sua exposição através dos meios referidos no n.º 5 do artigo 3.º deste regulamento.

5 — Só é aceite a exposição que seja remetida do *e-mail* institucional do estudante.

Artigo 7.º

Atribuição de alojamento

1 — Salvo a disposição especial prevista no n.º 3 deste artigo, ao estudante bolsheiro o alojamento é garantido até ao final do respectivo ano lectivo.

2 — Aos estudantes não bolsheiros a quem for atribuído alojamento, este só poderá manter-se até ao final do ano lectivo em que foram admitidos, desde que salvaguardadas todas as situações prioritárias referidas neste regulamento.

3 — O estudante bolsheiro e finalista que tenha sido bolsheiro e residente no ano lectivo anterior mantém o direito ao alojamento até Dezembro do ano lectivo seguinte, caso solicite e comprove aos SAS.ipp que irá ser opositor a exames de época especial para terminar o curso.

4 — Por acordo entre os SAS.ipp e o estudante alojado pode ser fixado acordo de libertação de vaga na residência no caso de se verificar manifestamente necessário libertar essa vaga para atender a situação economicamente mais carenciada de outro estudante.

5 — Na situação referida no número anterior e na ausência de acordo, e sem prejuízo de salvaguarda dos direitos que ao estudante assistem, pode a vaga ser libertada por despacho fundamentado do administrador, comunicado ao estudante com um pré-aviso de 10 dias.

6 — Para efeitos de reclamação da decisão proferida nos termos do número anterior, aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 6.º do presente regulamento.

Artigo 8.º

Mensalidade a pagar pelo estudante residente

1 — A mensalidade a pagar pelo estudante residente será fixada por deliberação do conselho de acção social.

2 — A mensalidade a ser paga pelo estudante diz respeito ao período que decorre entre os meses de Outubro e Julho.

3 — O valor a pagar relativo ao mês de Setembro será apenas correspondente ao período utilizado.

4 — Os pagamentos deverão ser efectuados até ao dia 8 de cada mês por depósito ou transferência bancária.

5 — Findo o prazo estabelecido no número anterior, ao valor da mensalidade poderão acrescer 25 %, caso o estudante residente não apresente aos SAS.ipp, e em devido tempo, exposição fundamentada invocando os motivos do incumprimento do prazo fixado.

Artigo 9.º

Caução

1 — A caução constitui um fundo de garantia para os danos causados durante a ocupação da residência.

2 — Com excepção do disposto no número seguinte, o estudante, antes de entrar na residência, terá de fazer um depósito correspondente à caução, cujo valor será igual a uma mensalidade de alojamento, em simultâneo com o pagamento da primeira mensalidade.

3 — Ficam dispensados do depósito da caução os estudantes que foram residentes no ano anterior e que, no final da ocupação, comuniquem aos SAS.ipp a sua intenção de se recandidatar ao alojamento.

4 — No caso indicado no número anterior, e caso não lhe venha a ser atribuído alojamento, a caução ser-lhe-á restituída, nos termos previstos no número seguinte.

5 — Finda a ocupação, e caso não se verifiquem danos imputáveis ao residente, a título de dolo ou negligência, a caução será restituída para a conta indicada no impresso de candidatura a alojamento.

6 — Se o valor dos danos causados exceder significativamente o valor da caução, o residente será convidado a efectuar o pagamento da respectiva diferença.

Artigo 10.º

Funcionamento das residências

1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as residências abrem a 15 de Setembro e encerram a 31 de Julho.

2 — Os períodos de encerramento e reabertura das residências nos períodos de férias de Natal e da Páscoa são fixados anualmente através do edital referido no n.º 1 do artigo 3.º deste regulamento.

3 — A admissão nas residências é feita da seguinte forma:

a) Nas residências onde existe portaria — a partir das 12 horas, de segunda-feira a sexta-feira;

b) Nas residências onde não existe portaria as chaves deverão ser levantadas na sede dos SAS.ipp, na Praça do Marquês de Pombal, 94, no período de atendimento ao público fixado entre as 14 horas e 30 minutos e as 17 horas, de segunda-feira a sexta-feira.

4 — Os residentes deverão abandonar a residência até às 12 horas do dia em que deixem definitivamente a mesma, fazendo a entrega das respectivas chaves no mesmo local onde as levantaram.

5 — Os residentes que permaneçam na residência até ao final do ano lectivo terão de retirar todos os seus haveres e fazer a entrega nos SAS.ipp das respectivas chaves, até 31 de Julho de cada ano.

6 — Durante o mês de Agosto, e caso se justifique, os SAS.ipp poderão manter aberta uma residência.

7 — Os residentes que pretendam alojamento para o mês de Agosto deverão formular o respectivo pedido, por requerimento fundamentado dirigido ao administrador dos SAS.ipp, até ao dia 30 de Junho.

CAPÍTULO II

Do funcionamento e gestão

Artigo 11.º

Gestão das camas das residências

1 — Sem prejuízo do disposto nos artigos 3.º e 4.º, os SAS.ipp reservarão, no início de cada ano lectivo, para os estudantes que ingressam pela primeira vez no ensino superior e numa das escolas do IPP, uma percentagem de cerca de 15 % dos lugares disponíveis com o objectivo de salvaguardar o necessário apoio de alojamento a esses estudantes que possam ser potencialmente carenciados.

2 — Os SAS.ipp reservarão ainda, no início de cada ano lectivo, uma percentagem aproximada de 20 % de camas, com vista ao cumprimento de acordos institucionais, nomeadamente ao abrigo dos programas de mobilidade de estudantes e intercâmbio institucional.

Artigo 12.º

Funcionamento

1 — É da responsabilidade dos SAS.ipp:

a) Fornecer os equipamentos e outros materiais necessários ao funcionamento das residências;

b) Assegurar a manutenção, conservação e encargos com os edifícios das residências.

2 — Os SAS.ipp apoiam os residentes em actividades sociais, culturais e desportivas, a dinamizar pelas comissões de residentes.

CAPÍTULO III

Dos direitos e deveres dos residentes

Artigo 13.º

Direitos dos residentes

Constituem direitos dos residentes:

a) O alojamento durante o período lectivo para o qual efectuou a candidatura;

b) O direito a ser informado dos acordos e alterações que se relacionem com a vida da residência;

c) O direito à privacidade;

d) O direito a receber visitas, nos espaços reservados para o efeito, responsabilizando-se pela sua conduta e cumprimento do horário e regras estabelecidas.

Artigo 14.º

Deveres dos residentes

1 — Constituem deveres dos residentes:

a) Conhecer e respeitar este regulamento e o regulamento interno da respectiva residência;

b) Ocupar o quarto que lhe foi atribuído;

c) Zelar pela conservação e limpeza do material colocado à sua disposição no quarto e espaços comuns e manter as condições de habitabilidade do seu quarto e da residência em geral;

d) Respeitar o período de descanso, fixado entre as 0 e as 8 horas, dentro da residência como nas imediações;

e) Manter uma conduta pessoal de convivência e respeito entre os seus pares e funcionários;

f) Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, retirar, no final de cada ano lectivo, todos os objectos pessoais dos quartos e espaços comuns.

2 — Em situações excepcionais, devidamente requeridas e fundamentadas, os SAS.ipp poderão disponibilizar as arrecadações existentes para a guarda de objectos, os quais deverão ser levantados no prazo de quatro meses.

3 — Findo o prazo referido no número anterior, os SAS.ipp, e após um último aviso por carta registada, darão o destino que entenderem aos bens abandonados, sem prejuízo da não devolução do valor da caução ao estudante em incumprimento.

4 — Os SAS.ipp não são responsáveis por estragos, perdas ou roubos de objectos pertencentes aos residentes, nomeadamente os guardados nas arrecadações.

5 — A não ocupação da residência por período superior a 15 dias é considerada desistência da residência, excepto as situações previamente comunicadas e autorizadas.

CAPÍTULO IV

Das faltas e sanções

Artigo 15.º

Faltas disciplinares

São consideradas faltas disciplinares as seguintes:

a) Ceder a chave do quarto ou da porta de entrada da residência a terceiros não autorizados;

b) Manter no quarto objectos pertencentes às áreas comuns da residência, bem como atribuir-lhes fim diverso;

c) Efectuar a confecção de refeições fora dos locais próprios e ou com recurso a outro equipamento que não o disponibilizado por estes Serviços;

d) Violar as normas sobre a limpeza e higiene nas áreas comuns e nos quartos;

e) Provocar estragos no edifício e ou equipamentos da residência;

f) Incomodar os demais residentes, perturbando o seu descanso e estudo;

g) Dificultar a normal convivência na residência;

h) Violar as regras definidas para o acesso de não residentes;

i) Faltar ao respeito a qualquer pessoa que resida, trabalhe ou visite a residência;

j) Organizar actividades colectivas na residência sem prévio consentimento da administração dos SAS.ipp;

k) Ter, consumir ou traficar, em qualquer quantidade, dentro das residências, substâncias estupefacientes ou psicotrópicas ilegais;

l) Consumir de forma excessiva e continuada bebidas alcoólicas.

Artigo 16.º

Sanções

1 — O incumprimento das normas regulamentares estabelecidas determina a instauração de procedimento disciplinar e é passível da aplicação das seguintes sanções:

a) Advertência oral;

b) Advertência escrita;

c) Inibição de se candidatar a alojamento em residências dos SAS.ipp pelo período de um ano.

2 — A aplicação das sanções previstas no presente regulamento é da competência do presidente do IPP e obedecerá aos princípios da proporcionalidade, da igualdade, da justiça e do contraditório, devendo ser precedida de audiência prévia do interessado.

3 — Após apuramento dos custos relativos a danos provocados os SAS.ipp poderão imputar aos residentes envolvidos o pagamento dos mesmos.

4 — No caso de se verificarem estragos nas residências, ou desvio de equipamento, e não sendo possível apurar o autor, a responsabilidade pelo acto será imputada a todos os residentes do espaço em causa.

Artigo 17.º

Instrução do processo

1 — Logo que os SAS.ipp tomem conhecimento da infracção caberá ao administrador avaliar se haverá lugar ou não a procedimento disciplinar.

2 — Se o administrador entender, sob despacho fundamentado:

- a) Da inexistência de infracção, o processo será arquivado;
- b) Da existência de infracção que justifique procedimento disciplinar, o procedimento inicia-se com a notificação ao estudante da instauração do processo, descrição e data da alegada infracção e número de testemunhas, num máximo de três, que poderão ser arroladas.

3 — À data da comunicação indicada na alínea anterior deve ser designado um instrutor, que coordenará toda a tramitação do processo.

4 — O instrutor ouvirá o estudante, a requerimento deste e sempre que o entenda necessário.

5 — Concluída a instrução será elaborado um relatório preliminar, devendo o estudante ser notificado da decisão provisória e dela pronunciar-se no prazo de 10 dias úteis.

6 — Decorrido o prazo indicado no número anterior, e caso não haja fundamento para alterar a proposta de decisão, é elaborado relatório final da instrução com remessa para o presidente do IPP.

CAPÍTULO V

Da comissão de residentes

Artigo 18.º

Órgãos

1 — Em cada residência deverá ser criada uma comissão de residentes, constituída por três a cinco elementos, a qual deverá ser eleita até 31 de Outubro de cada ano lectivo.

ANEXO I

Tabela de preços de alojamento 2007-2008

(Em euros)

Tipo	Estudantes bolseiros e PALOP	ERASMUS — Outros	Docentes convidados
	Mensal — quarto duplo	90	100
Mensal — quarto triplo/quádruplo	85	95	115
Semana	35	40	50
Dia	6	8	10

Serviços de Acção Social

Aviso n.º 17 081/2007

Concurso interno de ingresso para recrutamento de um chefe de contabilidade e património, tendo em vista o preenchimento de um lugar de chefe de secção

1 — No uso da competência prevista no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, em conjugação com a prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 16.º dos Estatutos do IPP — Instituto Politécnico do Porto, homologados pelo Despacho Normativo n.º 76/95, de 9 de Outubro, publicados no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 276, de 29 de Novembro de 1995, e nos termos dos artigos 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho do presidente do IPP de 27 de Junho de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de ingresso para recrutamento de um chefe de contabilidade e património, tendo em vista o preenchimento de um lugar de chefe de secção, do quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social do IPP, adiante designados por SAS.ipp, aprovado pela Portaria n.º 262/97, de 16 de Abril.

2 — Em cumprimento do disposto no artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, a abertura do presente concurso foi antecedida do procedimento de consulta referido no artigo 34.º do mesmo

2 — O resultado da eleição indicada no número anterior deverá ser comunicado, por escrito, à administração dos SAS.ipp, logo após a sua realização.

Artigo 19.º

Competências

Compete às comissões de residentes:

- a) Zelar pelo cumprimento deste regulamento e do regulamento interno da residência;
- b) Servir de interlocutor com a administração dos SAS.ipp;
- c) Coordenar a elaboração do regulamento interno, propondo normas de funcionamento;
- d) Mediar conflitos entre residentes;
- e) Pronunciar-se sobre questões de natureza disciplinar;
- f) Participar, sempre que lhes seja solicitado, na análise dos problemas de interesse geral das residências que possam afectar ou alterar as condições normais do alojamento;
- g) Colaborar na gestão de cada residência e providenciar para que os equipamentos e as infra-estruturas sejam mantidos em boas condições de funcionamento;
- h) Propor formas de desenvolvimento de actividades sociais, culturais e desportivas que estimulem uma melhor convivência entre os residentes.

CAPÍTULO VI

Disposições finais e transitórias

Artigo 20.º

Situações não previstas

Qualquer situação especial não prevista no presente regulamento será analisada e resolvida por despacho do administrador dos SAS.ipp, devendo as soluções adoptadas vir a integrar o presente regulamento em anos futuros.

diploma, realizada em 8 de Agosto de 2007 e registada com o n.º 7359, que mereceu a «declaração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial» emitida pela DGAEP — Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público.

3 — Promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres — em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação (despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000).

4 — Prazo de validade — o concurso visa exclusivamente o provimento do lugar supramencionado, caducando com o respectivo preenchimento.

5 — Legislação aplicável — ao presente concurso aplicam-se, nomeadamente, os seguintes diplomas:

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho (regula o concurso como forma de recrutamento e selecção de pessoal para os quadros da Administração Pública);

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado designadamente pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho (estabelece regras sobre o regime geral de estruturação de carreiras da Administração Pública);